EDIÇÃO EXTRA

ELEIÇÕES DIAS 29 e 30

INFORME

APUBH

JUN 87 Nº 70

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

ELEIÇÕES DIAS 29 e 30

ASSEMBLÉIA VOTA POR PARALISAÇÃO

3a FEIRA DIA 30/6/87

Assembléia Geral — ICEX — 9:30 hs — 30/06

Assembléias nas Unidades - 2a Feira - Discussão PCS

Na Assembléia Geral de Professores realizada dia 25/06 votou-se, conforme indicativo da ANDES, pela paralisação das atividades didáticas na próxima terça-feira, dia 30/06, como protesto contra o PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS apresentado pelo MEC, que anula conquistas da greve.

Decidiu-se também que cada professor deve enviar um telegrama ao Ministro Bornhausen e ao secretário Aloísio Sotero com os seguintes dizeres:

"Considero proposta plano MEC total retrocesso compromissos assumidos durante greve IES Federais. Reivindico efetivas negociações." (Nome, Unidade, UFMG)

Na assembléia foram mandados formulários de telegramas às diversas unidades da UFMG, para que os professores assinassem e enviassem à sede da APUBH, com o pagamento de Cz$ 100,00, e ela se encarregaria de passar os telegramas.

PONTOS CRUCIAIS DO PCS

O PCS proposto pelo MEC se caracteriza por unificar todos os docentes através da socialização da desgraça. Não há nenhum docente que não venha, com maior ou menor intensidade a ser prejudicado com esta proposta. Entretanto existem alguns pontos que prejudicam igualmente a todos, a saber:

A) A CONCEPÇÃO DO MEC DE UNIVERSIDADE que não considera o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que inventa o regime de 10 horas ("Professor Aulista") e estabelece carga horária didática excessiva, inviabilizando a pesquisa e a extensão. Por exemplo: o professor de 40 horas e DE deverá dar 16 horas/aula semanais.

B) A QUEBRA DE AUTONOMIA quando retira dos orgãos de deliberação das IES decisões que lhes são pertinentes, transferindo-as para instâncias burocráticas do MEC e/ou DASP.

C) QUEBRA DE ISONOMIA ao estabelecer tratamento diferenciado para professores estatutários e celetistas, principalmente no que diz respeito à aposentadoria integral, ao discriminar aposentados (incentivos de titulação), e ao discriminar os professores auxiliares (licença sabática).

D) POLÍTICA DO MEC DE PESSOAL DOCENTE que não garante o direito ao regime de DE a todos, não assegura o amplo direito à capacitação docente, não assegura contratação de pessoal segundo as necessidades definidas pela própria IES, não garante a lotação global, que se submete ao DASP e não assegura aposentadoria integral para todos.

E) REMUNERAÇÃO que usurpa o direito de 20% de gratificação de nível superior (Lei 7133 de 02/07/85), não concede anuênio, não garante explicitamente os incentivos por titulação na forma de salários, não explicita o leque salarial e o percentual de DE.

F) ADIAMENTO da efetiva implantação do PCS, ao retirar do plano, questões fundamentais como a regulamentação da CPPD e outras, postergando-se para "futuras" regulamentações a serem baixadas pelo próprio MEC.

Foram distribuidas cópias do PCS para cada departamento, que deverá ser discutido nas Assembléias nas Unidades na segunda-feira, dia 29/06. As conclusões serão enviadas à Assembléia Geral, terça-feira, 30/06 às 9:30hs no ICEX. A APUBH está providenciando cópias, que poderão ser procuradas na nossa sede, no sub-solo da FAFICH.